

LUIZ EDSON FACHIN
LUÍS ROBERTO BARROSO
ÁLVARO RICARDO DE SOUZA CRUZ
Coordenadores

Prefácio
Álvaro Ricardo de Souza Cruz

A CONSTITUIÇÃO DA DEMOCRACIA EM SEUS 35 ANOS

Belo Horizonte

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2023

©2023 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

C758 A constituição da democracia em seus 35 anos / Luiz Edson Fachin, Luis Roberto Barroso, Álvaro Ricardo de Souza Cruz. Belo Horizonte: Fórum, 2023.
656 p. 17x24cm

ISBN 978-65-5518-597-3

1. Direito constitucional. 2. Constituição Federal. 3. Constitucionalismo. 4. Estado democrático de direito. 5. Direitos fundamentais. I. Fachin, Luiz Edson. II. Barroso, Luis Roberto. III. Cruz, Álvaro Ricardo de Souza. IV. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

FACHIN, Luiz Edson; BARROSO, Luis Roberto; CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza (Coord.). *A constituição da democracia em seus 35 anos*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 656 p. ISBN 978-65-5518-597-3.

PREFÁCIO

Álvaro Ricardo da Souza Cruz	19
---	----

O ATESTADO TESTEMUNHADO POR 35 ANOS DA CONSTITUIÇÃO NO BRASIL: A INFLUÊNCIA DA METODOLOGIA DO DIREITO CIVIL NA LEGALIDADE CONSTITUCIONAL; DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRAS EM JULGAMENTOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Luiz Edson Fachin	21
Esclarecimento preambular para esta publicação.....	21
1 Nota prévia.....	22
2 Introdução: três premissas.....	23
3 Elementos da casuística de constitucionalização do direito pelo Supremo Tribunal Federal no Brasil (STF) segundo princípios da legalidade constitucional.....	27
3.1 Primeiro exemplo.....	27
3.2 Segundo exemplo.....	28
3.3 Terceiro exemplo.....	29
3.4 Quarto exemplo.....	30
3.5 Quinto exemplo.....	30
3.6 Sexto exemplo.....	31
4 A legalidade constitucional no Brasil numa sala de emergência: a pandemia de Covid.....	32
5 Conclusões: três desafios.....	33

TRINTA E CINCO ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: AS VOLTAS QUE O MUNDO DÁ

Luís Roberto Barroso	37
Introdução.....	37
Parte I – Revivendo o passado: antecedentes históricos da Constituição.....	38
I Do golpe de 64 ao Ato Institucional nº 5/68.....	38
II Dos anos de chumbo à abertura política.....	40
III Do ocaso do regime militar à convocação da Assembleia Constituinte.....	41
Parte II – Sonhando com o futuro: as promessas da Constituição.....	42
I “Carta cidadã” e “Constituição chapa branca”.....	42
II A separação de poderes.....	44
1 Poder Executivo.....	44
2 Poder Legislativo.....	45
3 Poder Judiciário.....	46
III As transformações da teoria constitucional.....	48
1 A doutrina brasileira da efetividade.....	48
2 Neoconstitucionalismo ou direito constitucional contemporâneo.....	49
3 A constitucionalização do direito.....	50
Parte III – Enfrentando a realidade: o desempenho da Constituição.....	51
I Os diferentes governos.....	51
1 Os governos Sarney, Collor e Itamar Franco.....	51
2 O Governo Fernando Henrique Cardoso.....	52
3 O Governo Luiz Inácio Lula da Silva.....	53
4 O Governo Dilma Rousseff.....	53
5 O Governo Michel Temer.....	54

6	O Governo Jair Bolsonaro.....	54
7	O início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.....	55
II	As principais emendas à Constituição.....	56
1	Mudanças na Constituição econômica.....	56
2	Possibilidade de reeleição dos chefes do Executivo.....	57
3	A criação do Ministério da Defesa.....	58
4	Reformas da Previdência.....	58
5	Outras reformas.....	60
III	Os momentos críticos.....	60
1	Dois <i>impeachments</i>	60
2	Mensalão e Operação Lava Jato.....	61
3	Populismo autoritário.....	62
	Conclusão – Tocando em frente.....	63
I	Uma agenda para o Brasil.....	63
II	Encerramento.....	66

FEDERALISMO COOPERATIVO ECOLÓGICO EFETIVO: COORDENAÇÃO, FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO

Rosa Weber	67	
1	Notas introdutórias.....	67
2	Federalismo cooperativo ecológico e o equacionamento das competências administrativas – Um tripé incompleto.....	71
3	Para além da coordenação administrativa mediante o equacionamento de competências: a faceta financeira de um federalismo cooperativo ecológico efetivo.....	76
4	Completando o tripé: a faceta participativa do federalismo cooperativo ecológico brasileiro.....	82
5	Porosidade cooperativa: influxos, diálogos e contribuições de direito internacional.....	86
6	Considerações finais.....	88

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO E OS SEUS REFLEXOS NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Luiz Fux	91	
	Introdução.....	91
1	O fenômeno da constitucionalização do processo.....	92
2	Aplicações do direito constitucional processual na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	96
	Conclusão.....	101
	Referências.....	101

ERRADICAÇÃO DA POBREZA E COMBATE À FOME À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Cristiano Zanin Martins	103	
1	Introdução.....	103
2	Pobreza.....	106
2.1	Previsão constitucional de erradicação da pobreza.....	108
2.2	Tratados internacionais: direitos humanos e pobreza.....	111
3	Fome.....	113
3.1	Direito à alimentação.....	114
3.2	Iniciativas de combate à fome.....	115
3.2.1	Programa Bolsa Família.....	117
3.2.2	Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	119
3.2.3	Programa de Aquisição de Alimentos.....	119
4	Conclusão.....	120
	Referências.....	120

HANNAH ARENDT E A DEFESA DA DEMOCRACIA

José Antonio Dias Toffoli	123
1 Introdução.....	123
2 A sociedade em rede e a quebra da tradição na esfera pública	124
3 A atualidade das reflexões de Hannah Arendt na era da pós-verdade.....	126
4 O filisteísmo e a sociedade de massas	130
5 A defesa das instituições democráticas pelo Supremo Tribunal Federal.....	134
6 Conclusão.....	135
Referências	137

AGREGAÇÃO E DESAGREGAÇÃO REGIONAIS – O FEDERALISMO BRASILEIRO

Paulo Dias de Moura Ribeiro	139
1 Apresentação	139
2 Introdução.....	139
3 Posição jurídica	140
4 Rumos do federalismo	142
5 A origem da Federação americana.....	143
6 Jurisprudência selecionada sobre federalismo (STF e STJ).....	144
7 Conclusões	147
Referências	147

AS FRONTEIRAS DA NOÇÃO CONTEMPORÂNEA DA LEGALIDADE

Joel Ilan Paciornik, Valdir Ricardo Lima Pompeo Marinho	149
Introdução.....	149
1 A gênese do direito não legislado	150
2 A consolidação do direito escrito	151
3 A subordinação das leis aos primados constitucionais e o pós-positivismo	155
4 A atividade jurisdicional como instrumento de ratificação dos primados constitucionais.....	157
Conclusão.....	160
Referências	161

O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E SUA PREVISÃO EM NORMA EXPRESSA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Regina Helena Costa	165
1 Introdução.....	165
2 Capacidade contributiva: conceito e acepções	166
3 Princípios derivados.....	167
3.1 Solidariedade contributiva	167
3.2 Vedação da utilização de tributo com efeito de confisco	168
4 A aplicação do princípio da capacidade contributiva nos tribunais superiores	169
4.1 Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	169
4.2 Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	173
5 Conclusão.....	176
Referências	176

ACESSO À JUSTIÇA E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL: UMA PESQUISA SOBRE O AMBIENTE VIRTUAL EM QUE OCORRE A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Luiz Alberto Gurgel de Faria, Rodrigo Maia da Fonte	179
Introdução.....	179
1 Transformação digital e acesso à justiça.....	180
2 A metodologia.....	183
3 Realização e achados da pesquisa	184
3.1 Considerações.....	190
Considerações finais.....	191
Referências	192

REFLEXÕES SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE

Humberto Martins	195
1 Introdução.....	195
2 Consolidação do direito fundamental à saúde.....	196
3 Dos titulares e da fruição do direito fundamental à saúde	198
3.1 Prestação de serviços relativos à saúde e repartição de competências no SUS – Legitimidade passiva nas ações visando à efetivação do direito fundamental à saúde	201
4 Conclusão.....	206
Referências	207

OS 35 ANOS DA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A DEFESA DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Benedito Gonçalves, Camile Sabino	209
Introdução.....	209
1 Histórico da democracia	210
2 A evolução democrática mundial	211
3 O constitucionalismo democrático.....	213
4 A preocupação com a estabilidade democrática brasileira	214
5 Dos 35 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988.....	214
6 Contexto histórico e motivações para a Constituição de 1988	215
6.1 Ditadura militar e a redemocratização do Brasil	215
6.2 Movimentos sociais e a luta por direitos humanos	216
6.3 Assembleia Nacional Constituinte: processo de elaboração da Constituição ...	216
7 Características e inovações da Constituição de 1988	217
7.1 Desafios para a implementação dos direitos fundamentais e garantias individuais	217
7.2 Consolidação dos direitos sociais.....	218
7.3 Organização dos poderes e sistema de governo	219
7.4 Relações entre os entes federativos.....	219
8 Avanços e conquistas advindos da Constituição de 1988.....	220
8.1 Igualdade de gênero e combate à discriminação racial	220
8.2 Direito à saúde, educação e moradia	221
8.3 Proteção do meio ambiente e direitos indígenas	222
9 Limitações da Constituição de 1988.....	223
9.1 Reformas constitucionais e necessidades contemporâneas.....	223
9.2 Obstáculos à efetivação dos direitos sociais	223
9.3 Judicialização da política e do direito constitucional.....	224
9.4 O papel do poder público na promoção dos direitos garantidos na Constituição	225
Considerações finais.....	226
Referências	227

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ÂMBITO PENAL NOS 35 ANOS DE VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Maria Thereza Rocha de Assis Moura, Marcelo Costenaro Cavali	229
1 Introdução.....	229
2 Direitos fundamentais e processo penal	230
3 A conformação do direito penal material à Constituição de 1988.....	233
4 Controle de constitucionalidade da execução penal	234
5 Conclusão.....	236
Referências	236

RECLAMAÇÃO E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: UMA ANÁLISE EVOLUTIVA DO INSTITUTO A PARTIR DA RECLAMAÇÃO Nº 4.374/PE E À LUZ DO SISTEMA DE PRECEDENTES DO CPC/2015

Mauro Luiz Campbell Marques	239
1 Introdução.....	239
2 Reclamação: breve histórico e evolução	240
3 Reclamação e controle de constitucionalidade.....	241
3.1 A Reclamação nº 4.374/PE	244
4 Cabimento de reclamação em controle de constitucionalidade no STF: um balanço positivo	245
5 Considerações finais.....	248
Referências	249

OS 35 ANOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Luis Felipe Salomão, Mônica Drumond	251
1 Um Tribunal Nacional para as questões de direito comum: sua criação	251
2 A composição do Superior Tribunal de Justiça.....	253
3 O art. 104 da Constituição Federal de 1988 – Estrutura do Superior	255
4 Competências de um Tribunal de Superposição	257
5 O art. 105 da Constituição Federal e a atuação do Superior Tribunal de Justiça.....	259
5.1 Art. 105, I, “a” – Competência originária em crimes comuns e de responsabilidade	260
5.2 Art. 105, I, “b” – Competência originária para os mandados de segurança e os <i>habeas data</i>	262
5.3 Art. 105, I, “c” – Competência originária para o <i>habeas corpus</i>	262
5.4 Art. 105, I, “d” – Conflitos de competência entre tribunais, entre tribunais e juízes e entre juízes de tribunais diversos.....	262
5.5 Art. 105, I, “e” – Revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados	262
5.6 Art. 105, I, “f” – Reclamação.....	262
5.7 Art. 105, I, “g” – Conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias.....	263
5.8 Art. 105, I, “h” – Mandado de injunção.....	263
5.9 Art. 105, I, “i” – Homologação de sentença estrangeira e <i>exequatur</i>	263
5.10 Art. 105, II, “a” – Competência recursal ordinária para o <i>habeas corpus</i>	264
5.11 Art. 105, II, “b” – Competência recursal ordinária para o mandado de segurança	264
5.12 Art. 105, II, “c” – Competência recursal ordinária nas causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e município ou pessoa residente ou domiciliada no país	265
5.13 Art. 105, III, “a” – Recurso especial em caso de contrariedade a tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.....	265
5.14 Art. 105, III, “b” – Recurso especial contra decisão que considerar válido ato de governo local ante lei federal.....	267
5.15 Art. 105, III, “c” – Recurso especial em caso de interpretação divergente da lei federal entre tribunais.....	267
5.16 Art. 105, parágrafo único, I – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	269
5.17 Art. 105, parágrafo único, II – Conselho da Justiça Federal	270
Referências	271

O DIREITO À CONSULTA E PARTICIPAÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS NOS 35 ANOS DE CONSTITUIÇÃO

Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Diogo Bacha e Silva, Guilherme Ferreira Silva	273
Introdução.....	273
1 Uma breve história do direito à consulta e à participação no plano nacional: um direito fundamental que descortina os limites do monismo jurídico e do direito liberal	274

2	Conteúdo, extensão e aplicação do direito à consulta e à participação no constitucionalismo brasileiro: as tensões constitutivas no direito à autodeterminação dos povos indígenas e tradicionais	278
	Considerações finais.....	285
	Referências.....	286

35 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: UM ACERTO DE CONTAS COM O NEOLIBERALISMO

	Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Bernardo Augusto Ferreira Duarte, Bernardo Gomes Barbosa Nogueira	287
1	Introdução.....	287
2	As bases anticonstitucionais do neoliberalismo: uma denúncia do fabulista....	289
2.1	O neoliberalismo: aglutinador de conservadores e libertários e catalisador de ataques contra as pretensões igualitária e inclusiva extraíveis da Constituição.....	289
2.2	O neoliberalismo como ideologia simbólica: violência e dominação	305
3	Conclusão: um breve acerto de contas	315
	Referências	316

CONSTRUÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL E TRANSFORMAÇÃO PELA ALFABETIZAÇÃO: ANÁLISE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL DESDE A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E PERSPECTIVAS FUTURAS

	Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Julia Laureano Belan Murta, Ebe Fernandes Carvalho	319
1	Introdução.....	319
2	Inserção da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como direito na Constituição de 1988.....	320
3	Políticas públicas voltadas para EJA e alfabetização.....	321
3.1	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)	321
3.2	Programa Brasil Alfabetizado (PBA).....	322
3.3	O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).....	323
3.4	O Plano Nacional de Educação (PNE) e suas metas: foco na alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	324
4	Evolução do índice de alfabetização de jovens e adultos no Brasil.....	325
4.1	Materiais e métodos	325
4.2	Resultados e discussão.....	325
5	Diálogos com Paulo Freire em “pedagogia do oprimido” e a alfabetização como motor de transformação social.....	327
6	Considerações finais.....	329
	Referências	331

O ESTADO DE DIREITO E O ESTADO DE EXCEÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRACIA BRASILEIRA

	Álvaro Ricardo de Souza Cruz, Daniel Guimarães Medrado de Castro	333
I	Introdução.....	333
II	O surgimento do Estado de direito e o papel da legalidade	335
III	As fissuras no referencial originário do Estado de direito	339
IV	Conclusão.....	343
	Referências	344

O AMICUS CURIAE ESPECIALISTA NO PROCESSO CONSTITUCIONAL

	Sérgio Cruz Arenhart	347
1	O processo constitucional e suas especificidades	347
2	Quem é esse <i>amicus curiae</i> ?	348
3	O estado da ciência e a manifestação de especialista	352
4	A produção do depoimento de especialista no processo constitucional.....	354

5	Depoimentos de especialistas e pseudociências	355
6	Acareação entre especialistas	358
6.1	A acareação de especialistas em outros sistemas jurídicos	358
6.2	A acareação de especialistas no direito brasileiro	360
7	Apoio técnico para a solução de questões jurídicas	361
	Referências	362

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 35 ANOS: AINDA UMA DISPUTA POR POSIÇÕES INTERPRETATIVAS

José Geraldo de Sousa Junior	363
O que a Constituição ainda tem a oferecer?	364
Impasses atuais	366
Reformas trabalhista e previdenciária – Como compreender essa mudança de rumo?	367
Em direção a um constitucionalismo achado na rua	368

“CONVÍVIO DEMOCRÁTICO”: UTOPIA INSTITUCIONAL E CHAVE HERMENÊUTICA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

José Rodrigo Rodriguez	379
1 Introdução	379
2 Utopia institucional e Estado democrático de direito	381
3 Uma imagem da emancipação agônica e socializante	385
3.1 Convívio democrático	385
3.2 Tecnologias de convívio: stress democrático, lugares protegidos, lugares de contato e multinormatividade	389
4 Conclusão	395
Referências	396

A AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL E A CONSTITUIÇÃO

Gilberto Bercovici, Viviane Alves de Moraes	399
1 A autonomia do Banco Central e o final do ciclo iniciado em 1964	399
2 A posição do Supremo Tribunal Federal e a quebra constitucional	401
3 Questões essenciais trazidas pela autonomia do Banco Central	408
4 A solução para a autonomia do Banco Central	414

APONTAMENTOS SOBRE A CONSENSUALIDADE ADMINISTRATIVA NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988

Leonardo de Araújo Ferraz, Daniel Martins e Avelar	417
1 Introdução	417
2 Gênese imperativa do direito administrativo de matriz francesa	419
3 A natureza autoritária e impositiva da Administração Pública nas Constituições brasileiras do período pré-1988	422
4 A Constituição de 1988, o telos eficiência de um Estado transformado e os paradigmas da participação e do consenso na Administração Pública	425
5 Conclusão	432
Referências	432

A ATIVIDADE PARLAMENTAR E A REFORMA CONSTITUCIONAL: OS 35 ANOS DE ATUAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL COMO CONSTITUINTE DERIVADO

Bárbara Brum Nery, João Trindade Cavalcante Filho, Bonifácio José Suppes de Andrada	435
1 Reforma constitucional e alocação de competências	435
2 Um retrato das propostas de emendas à Constituição (PEC)	437
3 A aprovação das PECs e como as casas legislativas interpretam a Constituição	439
3.1 O parlamento como ponto de flexibilização de limites formais: a extinção do interstício entre os turnos de votação	441
3.1.1 Senado Federal	442

3.1.2	Câmara dos Deputados	445
4	Conclusão.....	445
	Referências	446

A EVOLUÇÃO DO CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS 35 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: AMPLIAÇÃO E EFETIVIDADE

	Gustavo Costa Nassif, Mariana Bueno Resende	449
1	Introdução.....	449
2	A Constituição de 1988 e a efetivação da participação cidadã na Administração Pública.....	450
3	A Lei nº 13.460/2017 e o controle social da atividade estatal.....	456
4	Considerações finais.....	459
	Referências	460

A PUBLICIDADE NO PROCESSO DELIBERATIVO DOS TRIBUNAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICO-COMPARATIVA ENTRE O TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DA ESPANHA E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DO BRASIL

	Gláucio Maciel Gonçalves, Valber Elias Silva	463
	Introdução.....	463
1	A importância da jurisdição constitucional para a defesa da Constituição e o princípio da publicidade para realização democrática	463
2	O modelo de deliberação secreta no Tribunal Constitucional espanhol	464
3	O modelo de deliberação amplamente pública no Supremo Tribunal Federal brasileiro.....	467
4	Análise crítico-comparativa entre Tribunal Constitucional espanhol e Supremo Tribunal Federal brasileiro.....	471
	Conclusão.....	473
	Referências	474

A ERA DO ALGORITMO E IMPACTOS SOBRE AS DECISÕES HUMANAS: OS DESAFIOS À DEMOCRACIA E AO CONSTITUCIONALISMO

	José Adércio Leite Sampaio, Ana Carolina Marques Tavares Costa	477
1	Introdução.....	477
2	O controle algorítmico	477
3	Os riscos da governança algorítmica	480
4	É possível controlar os danos?	483
5	Considerações finais.....	485
	Referências	486

O QUE DEIXAMOS DE FAZER: CONSTITUIÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA E FORÇAS ARMADAS

	Daniel Sarmiento, João Gabriel Madeira Pontes	489
1	Introdução.....	489
2	Constituição, segurança pública e direitos fundamentais.....	491
3	Forças Armadas, poder civil e democracia	495
4	Conclusão.....	501

A TUTELA DOS DIREITOS HUMANOS NAS RELAÇÕES PRIVADAS

	Gustavo Tepedino	503
I	Introdução: projeção dos direitos humanos e dos direitos fundamentais sobre o direito privado.....	503
II	A influência dos direitos humanos e fundamentais no direito contratual.....	510
III	A influência dos direitos humanos e fundamentais na responsabilidade civil.	514
IV	A influência dos direitos humanos e fundamentais no direito de propriedade	518
V	A influência dos direitos humanos e fundamentais no direito de família	522
VI	Conclusão.....	524
	Referências	525

SOBERANIA ECONÔMICA, DIREITOS HUMANOS E OS TRATADOS DE INTEGRAÇÃO: POR UMA NOVA INTERPRETAÇÃO DO ART. 4º, PARÁGRAFO ÚNICO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

André de Carvalho Ramos, Denise Neves Abade	527
Introdução: a proposta do artigo.....	527
1 Soberania e a cooperação entre os Estados.....	528
2 A integração econômica e o Mercado Comum do Sul.....	529
3 O direito da integração e a proteção dos direitos humanos: a melhoria das condições sociais e econômicas dos indivíduos como objetivo final da integração.....	532
4 A proteção de direitos e sua carga legitimadora do processo de integração.....	534
5 O direito da integração e a Constituição de 1988.....	536
5.1 O Supremo Tribunal Federal e o estatuto normativo dos tratados do Mercosul: equiparados à lei interna.....	536
5.2 Por uma nova visão do direito da integração: a supralegalidade como solução de compromisso.....	538
Conclusão.....	540
Referências.....	540

O ART. 167, IV (NÃO AFETAÇÃO), EM 35 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Fernando Facury Scaff	543
Introdução.....	543
I Mudanças normativas no art. 167, IV, até seu texto atual.....	543
I.1 A vinculação para ensino e para ciência e tecnologia do art. 218, §5º, CF/88....	546
I.2 O art. 167, IV, CF/88: vinculação, afetação, referibilidade, priorização, rateio federativo e despesas obrigatórias.....	546
II Exegese das exceções previstas no art. 167, IV, CF/88.....	549
III A interpretação do art. 167, IV, pelo STF.....	550
III.1 Não afetação apenas para impostos.....	550
III.2 Vinculação ao ensino, universidades, ciência e tecnologia.....	551
III.3 Vinculação à saúde.....	554
III.4 Não vinculação a fundos.....	555
III.5 Vínculos obrigatórios determinados pelos estados aos municípios.....	557
III.6 A possibilidade de destinação na LOA.....	558
Conclusões: as necessárias diretrizes de espaço (federalismo), tempo (orçamento) e prioridade (direitos fundamentais) na análise do art. 167, IV....	559
Referências.....	562

DESAFIOS PARA A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Aurélio Virgílio Veiga Rios	565
--	-----

O DIREITO FUNDAMENTAL À CIDADE, RAZÕES DE SUA (IN)EFETIVIDADE E CAMINHOS PARA A SUA CONCRETIZ(AÇÃO)

Cristiana Fortini, Maria Fernanda Veloso Pires	571
1 Introdução.....	571
2 Direito fundamental à cidade.....	571
3 Razões da (in)efetividade.....	573
4 Caminhos para a efetivação e para a concretização.....	578
5 Considerações finais.....	583
Referências.....	584

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À PROPRIEDADE RURAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988: IMPASSE QUE PERMANECE

Ela Wiecko V. de Castilho	587
1 As demandas do MST e as mudanças no mundo rural brasileiro, de 1985 a 2023.....	588

2	Convergências e divergências sobre a questão agrária na Assembleia Nacional Constituinte	591
3	A propriedade da terra rural e o acesso a ela na Constituição de 1988	593
4	Interpretações do STF no período 1989-2023	597
5	Considerações finais	599
	Referências	600

DERROTABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

José Arthur Castillo de Macedo	603
Introdução	603
I Controvérsias sobre derrotabilidade	604
II Normas constitucionais inderrotáveis	607
II.1 Derrotabilidade e o debate brasileiro sobre regras e princípios	607
II.2 Derrotabilidade das normas constitucionais brasileiras	611
II.2.1 Direitos fundamentais	612
II.2.1.1 Uniões estáveis homoafetivas	612
II.2.1.2 Inviolabilidade de domicílio	614
II.2.2 Normas sobre a produção normativa	616
II.2.2.1 Normas formais sobre a produção jurídica	616
II.2.2.2 Normas materiais sobre a produção jurídica	619
Considerações finais	622
Referências	623

A CONSTITUIÇÃO, O STF E A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Assusete Magalhães, Marco Túlio Reis Magalhães	627
1 Introdução	627
2 Democracia participativa na Constituição federal de 1988	629
3 Democracia participativa e Administração Pública	632
4 O papel do STF na defesa constitucional da democracia participativa: o exemplo dos colegiados administrativos que formulam, deliberam e decidem sobre políticas públicas	636
4.1 O caso da ADI nº 6.121 MC – Extinção, via decreto, de colegiados previstos em lei	637
4.2 O caso da ADPF nº 622 – Alteração da composição e do funcionamento do Conanda	639
4.3 O caso da ADPF nº 623 – Alteração da composição e do funcionamento do Conama	640
4.4 O caso da ADPF nº 651 – Alteração da composição e do funcionamento do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente, do Conselho Nacional da Amazônia Legal, e extinção do Comitê Orientador do Fundo Amazônia	644
5 Conclusão	646
Referências	648

SOBRE OS AUTORES	651
------------------------	-----